



CNPJ Nº 02.983.428/0001-27

Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional**a) A Companhia**

A CEMIG Telecomunicações S.A. - CEMIGTelecom ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações, no Estado de Minas Gerais e outros Estados do Nordeste e Centro-Oeste, utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica das concessionárias de energia, principalmente a da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 - Térreo - Funcionários - Belo Horizonte - MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

Criada em 13 de janeiro de 1999, a CEMIGTelecom tem como foco prestar serviços de telecomunicação para os segmentos corporativo, de provedores de acesso à Internet (ISP) e de operadoras de telecomunicações. Atua no mercado de atacado alugando circuitos especializados para prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, *business carriers*, data center, banda larga, dentre outras.

O *core business* da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras, provedores de acesso à internet (ISP) e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à internet, tais como: acesso à internet corporativo, comunicação de dados entre matriz e filiais, soluções de alta capacidade e qualidade, aluguel de circuitos especializados (Links, Rede IP/MPLS e VPNs), atendimentos customizados de cada negócio, soluções de conectividade, entre outros.

A CEMIGTelecom possui rede de fibra óptica para transporte de serviços de telecomunicações no Estado de Minas Gerais, com presença em mais de 70 cidades mineiras. Adicionalmente, disponibiliza, também, serviços de telecomunicações por redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. No total, está presente em mais de 100 cidades.

O acionista efetuou o aumento do capital social da Companhia na ordem de R\$50.658 para a quitação de mútuo junto à Sonda, no dia 23 de outubro de 2017, e acredita que a Companhia possui capacidade de geração operacional de caixa satisfatória para cumprir com as suas obrigações de curto prazo.

Foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 28 de fevereiro de 2018, com a presença dos representantes legais do controlador da Companhia, a incorporação da CEMIGTelecom pela Cemig Holding na data provável de 31 de março de 2018.

Todas as atividades e operações da Companhia passarão a ser geridas pela controladora e sua personalidade jurídica será extinta a partir desta data provável.

b) Investimento em coligada

Até 18 de outubro de 2016, a Companhia detinha controle compartilhado - "joint venture" na Ativas Data Center S.A. ("Ativas"), com participação de 49% em seu capital social. A partir desta data, com a entrada da Sonda Proework Outsourcing Informática Ltda. ("Sonda"), novo sócio no negócio, teve a sua participação diluída para 19,6%, passando a classificar o investimento como coligada. A gestão e as principais deliberações sociais são exercidas pelo novo sócio controlador, conforme acordo de acionistas.

Com a entrada do novo sócio controlador, foram tomadas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional, operacional e financeira. Como parte do plano de reestruturação da Ativas, em outubro de 2016, foi realizada a liquidação antecipada de parte substancial de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, visando obter uma estrutura de capital compatível com o tamanho de seus negócios.

2. Base de preparação**a) Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3n – Determinação do valor justo de ativos e passivos;
- Nota explicativa 6 – Contas a receber de clientes;
- Nota explicativa 9 – Imposto de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 11 – Imobilizado;
- Nota explicativa 12 – Intangível;
- Nota explicativa 15 – Obrigações sociais e trabalhistas;
- Nota explicativa 18 – Provisões para riscos;
- Nota explicativa 25 – Instrumentos financeiros;
- Nota explicativa 26 – Benefícios a empregados;

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros**i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados - e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial - somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

• Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

• Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e

vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

• Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado a cada período.

b) Imobilizado**i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, mão-de-obra direta e quaisquer outros custos necessários à colocação do ativo no local e condição necessários para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais líquidas no resultado do exercício.

ii) Ativos sobressalentes

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

iii) Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e realocação do bem em estado de funcionamento.

iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Conforme revelado na Nota Explicativa 11, a administração da Companhia revisa anualmente a estimativa das vidas úteis e dos valores residuais dos ativos pelo menos uma vez a cada exercício ou sempre que são identificados indícios de alterações nessas estimativas. Os eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na Nota Explicativa 11.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

c) Ativos intangíveis**i) Licenças de uso de software**

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizadas pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

iii) Amortização

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na Nota Explicativa 12.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados no mínimo a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor de mercado menos as despesas estimadas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício.

e) Benefícios a empregados**i) Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B**

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego no qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Um plano de benefício definido envolve oferecimento de benefícios definidos ao patrocinador independente de sua contribuição ao longo de seu período contributivo. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. O benefício futuro é descontado a valor presente por uma taxa de juros imune de riscos. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem e não são reclassificados para o resultado.

ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados - Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui expectativa de haver valores prováveis de desembolsos futuros que possam ser estimados de maneira confiável para liquidar uma obrigação.

g) Reconhecimento da receita

A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que o valor da receita operacional e os respectivos custos associados possam ser mensurados de maneira confiável. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos e dos descontos incondicionais.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de serviço de telecomunicações e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

i) Arrendamentos**Arrendamentos operacionais**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como "arrendamentos operacionais". Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos pelo arrendatário no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo de contratação do arrendamento.

Arrendamentos financeiros ativos e passivos

Os arrendamentos de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como "arrendamentos financeiros", cujos pagamentos mínimos são sistemática e separadamente alocados entre o ativo e passivo em aberto e as receitas ou despesas a apropriar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo ou passivo. Os bens adquiridos na modalidade de arrendamento financeiro, como arrendatária, são classificados no ativo imobilizado e depreciado de acordo com a sua vida útil estimada.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O tributo diferido é o efeito decorrente da diferença de tratamento entre o resultado contábil e o lucro tributário apurado em cada período, os quais podem ter como origem na apuração de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros ou no registro de transações contábeis que, por expressa previsão legal,